



Da teoria à prática da Educação Inclusiva



- ✓ Recursos de ambientação
- ✓ Importância dos movimentos pendulares
- ✓ Atividades pedagógicas multidisciplinares
- ✓ Jogos e outros recursos na Educação Inclusiva

“

Não se trata apenas de colocar a pessoa com deficiência na escola regular, mas de mudar a estrutura para que ela possa aprender com dignidade.

Romeu Kazumi Sassaki

”



Para começar a conversa

Em matéria de educação inclusiva, vários educadores da rede IBS de escolas parceiras têm muito a nos ensinar e, nesse fascículo, veremos excelentes exemplos de projetos bem-sucedidos para nos inspirar a criar outras tantas propostas de inclusão. Dessa forma, a rede se fortalece para podermos construir ambientes cada vez mais inclusivos, acolhedores e enriquecidos pela diversidade!

A escola que inclui é aquela que aprende a partir das diferenças dos seus alunos.

David Rodrigues



Da teoria à prática

A inclusão escolar, quando compreendida para além da simples presença física do estudante com deficiência nas instituições de ensino, revela a necessidade urgente de práticas pedagógicas fundamentadas no **acolhimento**. Acolher, neste contexto, significa reconhecer o outro em sua singularidade, garantindo o direito à aprendizagem, à convivência e à valorização das diferenças. O acolhimento é o ponto de partida para uma verdadeira cultura inclusiva, que vai além da legislação e se concretiza nas relações cotidianas da escola.

Vejamos um vídeo sobre as escolas municipais de Catalão (GO), município parceiro do Instituto Brasil Solidário, onde é possível observar boas práticas de acolhimento. Clique na seta para assistir!



No vídeo, temos a ideia de que o estudante é parte das práticas escolares rotineiras, sendo devidamente acolhido. A perspectiva do acolhimento na educação inclusiva está ligada à escuta sensível, à empatia e à construção de vínculos afetivos entre educadores e educandos.



Jardins sensoriais

A educação inclusiva pressupõe a criação de ambientes acessíveis, significativos e estimulantes para todos os estudantes, com ou sem deficiência. Nesse contexto, os jardins sensoriais surgem como espaços pedagógicos potentes, capazes de promover experiências multisensoriais que favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes.

Esses espaços não apenas enriquecem o currículo escolar, como também se alinham aos princípios da inclusão ao respeitar a diversidade e as múltiplas formas de aprendizagem.

Jardins sensoriais são ambientes planejados para **estimular os sentidos** – tato, olfato, visão, audição e, em alguns casos, paladar – por meio de elementos naturais e artificiais, como plantas aromáticas, texturas variadas, sons da natureza, cores vibrantes e fontes de água.

De acordo com Lygia Pupatto (2012), esses espaços “valorizam a vivência sensorial como instrumento de aprendizagem e construção do conhecimento, especialmente para crianças com

Segundo Paulo Freire (1996), “*educar é um ato de amor, por isso, um ato de coragem*”. Esse amor a que Freire se refere implica no acolhimento do outro, com suas histórias, limitações e potencialidades.

A escola inclusiva deve ser um espaço onde cada sujeito seja reconhecido como parte essencial da comunidade escolar. Para Mantoan (2003), “*a inclusão se caracteriza por um movimento ético, político e pedagógico que visa eliminar barreiras e promover a aprendizagem de todos*”. Este movimento só é possível quando o acolhimento é posto como eixo central das práticas pedagógicas.

Visando promover a aprendizagem de todos, vemos muitas práticas extraordinárias pelo Brasil afora. Vamos acompanhar com mais detalhes algumas delas a seguir.

deficiência”. Veja, a seguir, alguns benefícios de um jardim sensorial.



1. Despertar os sentidos

Por meio da interação com diferentes materiais e plantas, as crianças exploram texturas, aromas e formas, estimulando não apenas a visão e o tato, mas também o olfato e, em alguns casos, até mesmo o paladar.

Essa abordagem sensorial cria uma experiência imersiva que contribui para o desenvolvimento sensorial e motor das crianças, promovendo uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor.



2. Aprendizagens interdisciplinares

Além de proporcionar estímulos sensoriais, o jardim sensorial pode ser uma ferramenta valiosa para práticas pedagógicas interdisciplinares. Professores podem incorporar atividades no espaço, relacionando temas botânicos à aulas de Ciências, explorando a geometria das plantas em aulas de Matemática ou fomentando discussões sobre sustentabilidade e meio ambiente. Essa abordagem colaborativa entre disciplinas enriquece o aprendizado, conectando teoria e prática de maneira envolvente e significativa para os estudantes.

3. Benefícios à saúde mental e ao bem-estar

Outro aspecto vital do jardim sensorial é seu impacto na saúde mental e no bem-estar emocional dos estudantes.

Esse ambiente tranquilo e estimulante funciona como um refúgio, oferecendo um espaço para pausas relaxantes e momentos de contemplação além de, comprovadamente, reduzir os níveis de estresse e ansiedade, promovendo um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento emocional positivo.

HORTA ESCOLAR E PLANTIO DE MUDAS

As ações de Educação Ambiental do IBS, que envolvem horta escolar e plantio de mudas, são excelentes oportunidades para colocar em prática, junto aos estudantes, um projeto de jardim sensorial na escola, planejado para oferecer estímulos a todos os sentidos!



O planejamento arquitetônico, a seleção de plantas adequadas e a criação de espaços multifuncionais são elementos-chaves para garantir o sucesso dessa iniciativa. Investir em arquitetura escolar que valoriza a integração de jardins sensoriais e a acessibilidade dos mesmos demonstra um compromisso institucional com práticas educacionais inovadoras e centradas no desenvolvimento integral dos estudantes.

Vejamos, a seguir, alguns exemplos de jardins sensoriais como prática Brasil afora, para inspirar ainda mais as suas práticas pedagógicas.



Jardim sensorial em Catalão

Quando falamos de crianças, sejam elas público-alvo da Educação Especial ou não, as brincadeiras sensoriais tornam-se estratégias lúdicas fundamentais para estimular diferentes formas de interação com o mundo. Essas atividades priorizam as habilidades individuais, promovem o desenvolvimento social, favorecem a criação de mecanismos de comunicação e contribuem para a redução de comportamentos repetitivos.

No jardim sensorial dos CMEIs João Margon Vaz e Henrique Purcina, em Catalão (GO), as atividades são cuidadosamente planejadas com o objetivo de auxiliar as crianças no processamento eficaz das informações sensoriais recebidas do ambiente. Para isso, criou-se um espaço seguro, acolhedor e bem estruturado, onde os estímulos são apresentados de forma gradual e adaptados às necessidades de cada criança.

Esse espaço conta com uma pista tátil composta por diferentes tipos de piso como grama, areia, cascalho e ondulações feitas com canos de PVC, além de árvores, um túnel e outros elementos que estimulam os sentidos tátil, visual, olfativo e o equilíbrio corporal.



Todas as atividades desenvolvidas envolvem estímulos planejados, como toques suaves, movimentos corporais, jogos com diferentes texturas e sons controlados. Esses recursos visam regular e modular as respostas sensoriais das crianças, promovendo uma melhor organização neurológica e adaptabilidade aos estímulos do ambiente.

Como resultado, observa-se uma melhora significativa na coordenação motora, no processamento auditivo e visual, e, sobretudo, na interação social, ampliando a participação e o engajamento das crianças nas atividades de rotina.



Jardim sensorial da UFSM

No jardim sensorial do Jardim Botânico da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, em Santa Maria (RS), o espaço foi pensado para promover o fácil acesso e locomoção. Assim, pessoas em cadeira de rodas, por exemplo, podem facilmente conhecer e usufruir das experiências oferecidas no jardim. Idosos também têm o acesso facilitado.



Como afirma Carlos Skliar (SKLIAR, 2003), “a inclusão não é um lugar, mas uma forma de estar com o outro, de reconhecer o outro como legítimo na sua diferença”. Nesse sentido, os jardins sensoriais se mostram como um caminho fértil para o florescimento da inclusão.

Movimentos pendulares

O movimento pendular é essencial ao desenvolvimento integral da criança, principalmente na Educação Infantil.

Entre as diversas formas de movimento, o movimento pendular – aquele realizado em um eixo de vai-e-volta, como no ato de balançar-se em um balanço – tem papel fundamental no desenvolvimento sensório-motor, no equilíbrio, na percepção corporal e na organização neurológica.

A neurocientista Jean Ayres, criadora da *Teoria da Integração Sensorial*, destaca a importância dos estímulos vestibulares – relacionados ao equilíbrio e ao movimento da cabeça – para o desenvolvimento infantil. Dentre esses estímulos, o movimento pendular tem papel de destaque.

Segundo Ayres (2005), “as crianças precisam de oportunidades para girar, balançar, rolar e escalar. Tais experiências ativam o sistema vestibular e promovem um desenvolvimento neurológico saudável” (AYRES, 2005).

Esse tipo de movimento ajuda a desenvolver a noção espacial, o tônus muscular e a autorregulação emocional. Crianças que se movimentam com frequência apresentam mais facilidade em se concentrar e em manter o foco em atividades cognitivas.

De acordo com Lino de Macedo (2010), o brincar é um organizador do desenvolvimento. Os jogos corporais, como o uso de balanços, gangorras e redes, estimulam o prazer e o engajamento ativo da criança com o mundo físico e social.



Balanços, redários e outros equipamentos pendulares em ambiente escolar

A inserção de balanços, redes (redários), gangorras e até mesmo espaços suspensos como cabanas e ninhos sensoriais tem se mostrado eficaz na criação de ambientes escolares mais acolhedores, especialmente em propostas de Educação Infantil e Educação Inclusiva.

Segundo Santos e Cunha (2018), espaços que oferecem estímulos vestibulares promovem inclusão e desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e outras condições, ajudando na autorregulação emocional e na socialização de crianças com dificuldades de processamento sensorial. Além disso, o redário, por seu caráter lúdico e relaxante, pode servir como espaço de repouso, leitura ou acomodamento emocional, promovendo o bem-estar de todos os estudantes. A seguir, vamos entender quais os benefícios que cada um desses equipamentos oferece aos estudantes.

Balanços

Promovem o estímulo vestibular, podendo ser instalados em árvores ou estruturas metálicas seguras. Podem ser feitos em madeira, pneu e até mesmo de tecido.

Reprodução



SME Catalão



Fascículo 4

Redários

O redário é um ambiente composto por redes suspensas (tradicionalmente utilizadas para descanso), adaptado para promover sensações de acolhimento, relaxamento e estímulo sensorial.

Ele pode ser instalado em áreas internas ou externas da escola, com redes de diferentes tamanhos, texturas e alturas, podendo ser complementado por iluminação suave, sons tranquilos e materiais táteis variados.

O redário, como espaço pedagógico, contribui diretamente para:

- o desenvolvimento da consciência corporal (corpo, gestos e movimentos). Nas redes, as crianças experimentam balanços, mudanças de posição, controle postural e equilíbrio, promovendo o desenvolvimento motor e a percepção do corpo no espaço.
- A promoção do autoconhecimento e da autorregulação emocional (o eu, o outro e o nós). Ao balançar-se ou deitar-se na rede, a criança vivencia o autocuidado, reconhece suas emoções e aprende a regular estados de agitação, ansiedade ou frustração.
- O estímulo à imaginação e à linguagem (escuta, fala, pensamento e imaginação) também são contemplados nesse momento. Durante o uso do redário, atividades como contação de histórias, escuta de músicas ou sessões de conversa favorecem o desenvolvimento da linguagem oral, da escuta ativa e da criatividade.
- Exploração sensorial e estética (traços, sons, cores e formas). A experimentação de diferentes texturas, sons ambientais e movimentos suaves das redes enriquece a experiência sensorial, promovendo o desenvolvimento perceptivo e artístico.
- O estímulo ao sistema vestibular e proprioceptivo - movimentos de balanço ajudam a organizar o sistema nervoso central, essencial para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA),



Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou Paralisia Cerebral.

- Como espaço de regulação sensorial, o redário pode servir de refúgio para crianças que apresentam hiper ou hipo-reatividade a estímulos sensoriais, favorecendo a retomada do equilíbrio emocional e físico.
- A promoção da autonomia e da escuta das necessidades. A criança aprende a reconhecer quando precisa se retirar, descansar ou se reorganizar, promovendo o protagonismo e o respeito ao seu ritmo de aprendizagem.
- O fortalecimento da interação social em ambiente seguro. As redes, por serem compartilhadas ou dispostas em grupo, favorecem a convivência, a observação do outro e o desenvolvimento de habilidades sociais, respeitando as particularidades de cada criança.



Cadeiras pendulares (cadeiras suspensas)

Utilizadas em salas de acolhimento ou espaços inclusivos, as cadeiras suspensas favorecem o foco, o relaxamento e a atividade de contemplação.

Tendas ou ninhos sensoriais suspensos

Esses espaços são um excelente recurso inclusivo, pois reduz estímulos externos e oferece um local de pausa e autorregulação.

Devem ser espaços fechados ou semi-isolados, com texturas suaves, iluminação controlada e, às vezes, sons suaves, evitando sobrecarga e favorecendo a regulação do sistema nervoso e melhorar o foco, seja para atividades de leitura, relaxamento, escuta de histórias ou mesmo tarefas pedagógicas adaptadas.



Foto: Carolina Lopes



Uma escola de Portugal criou uma tenda sensorial, onde várias possibilidades pedagógicas são reais. [Clique aqui](#) para assistir à reportagem e veja que, com ideias simples, podemos fazer muito.

Seja um redário ou uma tenda, seja espaço de leitura, descanso ou lazer, esses recursos criam ambientes aconchegantes e estimulantes para as crianças, promovendo a contemplação, o ócio criativo, a interação social e o desenvolvimento de habilidades.

São lugares que favorecem a concentração, o bem-estar e o aprendizado, estimulando o prazer pela leitura e a vontade de explorar o mundo da imaginação.



Ao lado, um exemplo de tenda instalada na biblioteca da Escola Municipal Deputado Raimundo de Queiroz, no município de Cascavel (CE). Sobre o palete reaproveitado, almofadas confortáveis compõem um ambiente decorado para proporcionar encantamento e sensações de tranquilidade e proteção.



Musicalização na escola

Saber lidar com a diversidade e considerar as pessoas com deficiência em sua prática docente pode ser muito prazeroso. Na musicalização, entendemos que “a música não pode ser um privilégio de poucos” (LOURO, 2006) e que todos têm a capacidade de aprendê-la, além de ser um direito acessível a todos. Partindo desse princípio, ressalta-se que todos, incluindo os estudantes com deficiência, possuem a capacidade de construir conhecimentos e habilidades específicas referentes à arte musical, podendo ser de porte teórico ou prático instrumental.

Bons exemplos de musicalização na escola

O Instituto Brasil Solidário oferece formações continuadas - presenciais e à distância - de Música para os educadores, entre outras linguagens artísticas como artes visuais e teatro.

É importante destacar que essas formações visam democratizar o acesso à musicalização, uma vez que mostram a possibilidade de construir instrumentos musicais com materiais reaproveitados como garrafas PET e de vidro, bambolas plásticas e até carteiras quebradas da escola na construção do vidafone, por exemplo. Além disso, os cursos enfatizam os benefícios de envolver músicos da comunidade nas aprendizagens musicais, oferecendo conhecimento e inspiração aos estudantes.



Segundo o professor e pesquisador Mauro Muszkat, da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, as crianças normalmente se expressam melhor pelo som e pela música do que pelas palavras, verificando-se cientificamente que essa pode ser uma ferramenta essencial para crianças com déficit de atenção, dislexia, autismo, depressão, esquizofrenia e outras disfunções cerebrais.

Sendo assim, a musicalização se mostra uma ferramenta importantíssima de inclusão, que pode ser introduzida como recurso pedagógico em todos os componentes curriculares com o objetivo de diversificar a construção de conhecimentos, incluindo todos os estudantes, sem distinções.

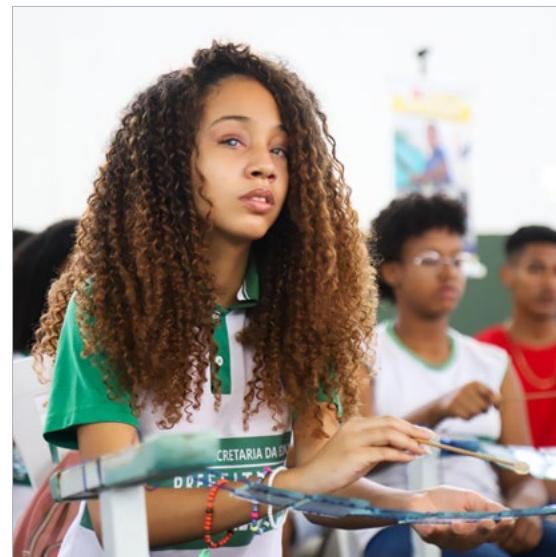


Acima, a participação de duas alunas com deficiência visual severa na oficina presencial de Música do Programa de Desenvolvimento da Educação do IBS na Escola Municipal Laurita de Souza Ribeiro, em Camaçari (BA).

Clique na seta
abaixo para
saber um pouco
mais sobre a
formação EaD
de Introdução à
Música do IBS!



Para compreender melhor a importância das atividades de música na escola e seu potencial de viabilizar a inclusão de forma natural e efetiva, seguem, abaixo, mais registros fotográficos sobre a ação presencial do Instituto Brasil Solidário em Camaçari (BA), da qual as alunas Carolina e Vitória, ambas com deficiência visual severa, participaram plenamente.



Em Catalão (GO) existe o projeto ***Tocando, Cantando e Encantando***, desenvolvido na Escola Municipal José Sebba, que envolve estudantes do 1º ao 5º ano em atividades de canto e dança com foco na apresentação de músicas de vários gêneros da MPB e de músicas natalinas, visando promover a socialização, o desenvolvimento cognitivo e o aprimoramento das habilidades de leitura e interpretação das crianças, por meio da música.

A iniciativa também estimula o gosto pela expressão musical, contribuindo para uma formação mais sensível, criativa e inclusiva, ao integrar elementos artísticos ao processo de aprendizagem.

Também faz parte das atividades o ***Projeto 30 Minutos pela Leitura*** do IBS, e trabalha em parceria com outras propostas pedagógicas, contribuindo para ações de leitura, incremento da produção textual no que se refere à redação e à gramática, aquisição de vocabulário, pronúncia de palavras e fluência da leitura oral.

Sistema Braille na escola

O último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010, mostra que existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil, sendo 506 mil cegas e cerca de 6 milhões com baixa visão. Entre as pessoas cegas, 110 mil tem 15 anos ou mais e não são alfabetizadas. A promoção da acessibilidade, portanto, é uma questão urgente.

A inclusão de pessoas com deficiência visual pode ser viabilizada com criatividade e vontade política. O Brasil possui projetos inspiradores que demonstram que a acessibilidade não precisa ser cara para ser eficaz. Promover o acesso a esses recursos nas escolas, bibliotecas e ambientes públicos é um passo fundamental para uma sociedade mais justa e inclusiva.

O Instituto Brasil Solidário também pensa nas questões de acessibilidade de seu acervo literário. Além do acervo habitual do IBS, a sala de leitura da Escola Laurita de Souza Ribeiro, em Camaçari (BA), por exemplo, foi enriquecida com livros em Braille para atender às necessidades de duas alunas cegas, Carolina e Vitória.

O Sistema Braille continua sendo fundamental na alfabetização e leitura para pessoas cegas.



Apesar dos custos altos das impressoras Braille, há alternativas.

Do ponto de vista da acessibilidade, estudantes do curso de Magistério da Escola de Ensino Médio (EEM) Almirante Lamego, localizada no município de Laguna, em Santa Catarina, desenvolveram jogos ecopedagógicos como parte de uma proposta interdisciplinar. Dentre as criações, destaca-se um alfabeto em Braille confecionado com materiais reaproveitados, unindo práticas de acessibilidade e sustentabilidade. A iniciativa demonstra como é possível integrar educação ambiental e inclusão, promovendo uma aprendizagem significativa e socialmente engajada.



Foto: Lisldeize Catherine Barreiros de Melo



Como a legislação garante o direito do aluno com deficiência frequentar a escola comum, com os apoios necessários para seu processo de ensino-aprendizagem, a acessibilidade ao material didático representa um fator essencial para a garantia desse direito, especialmente para pessoas com deficiência visual.

Uma das instituições de maior relevância nacional nesse campo é a Fundação Dorina Nowill para Cegos, cuja trajetória e ações têm transformado a vida de milhares de estudantes ao longo das décadas. Uma das principais contribuições da Fundação para a educação é a produção gratuita de materiais didáticos em formatos acessíveis como:

- livros em Braille, impressos na gráfica da própria Fundação;
- livros falados, produzidos com locutores e tecnologia de áudio digital;

- livros em fonte ampliada e digital acessível, destinados a pessoas com baixa visão;
- materiais pedagógicos adaptados como mapas em relevo e recursos multissensoriais.

Esses materiais são distribuídos gratuitamente para escolas públicas, bibliotecas, universidades e instituições em todo o Brasil.



Tocando escultura Esqueleto de Tucunaré, de Cristina Portela. Centro de Memória da Fundação Dorina Nowill para cegos.

Inclusão e desenvolvimento com arte na escola

“

A experiência de vida é sinestésica, nunca utilizamos um sentido só por vez.

Gabriela Aydar

”

A percepção não é uma representação mental apenas, mas uma realização do corpo como um todo. A mobilização do corpo por meio de todos os sentidos é um facilitador na aquisição de novos conhecimentos.

A arte permite a exploração do mundo por meio dos sentidos do corpo. Assim, ao colocar em prática a transdisciplinaridade por meio da Arte, ativa-se não apenas o aspecto cognitivo, mas todo o mecanismo corporal capaz de significar o conteúdo a ser assimilado. Ao estimularmos o corpo como um todo, potencializamos a apropriação dos conteúdos por parte dos alunos,

tornando os conhecimentos mais vivos, significativos e concretos e abraçando, também, a diversidade de formas com as quais os diferentes indivíduos assimilam o conhecimento, o que também promove a inclusão.

“A experiência prática também mostra que o ensino direto de conceitos é impossível e infrutífero. Um professor que tenta isso geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança.”

(VIGOTSKI, apud. JARDIM)



O conhecimento é mais facilmente internalizado quando conduzido por meio de uma variedade de linguagens comunicativas para além da verbal e escrita. Além disso, a arte também proporciona uma relação afetiva e prazerosa com o conhecimento, o que possibilita um aprendizado efetivo e não a simples memorização de conceitos, desprovida de relações críticas.

A BNCC, assim como o IBS, reforça o caráter transdisciplinar da Arte, propondo a problematização de questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais por meio de exercícios criativos, produções, intervenções e apresentações artísticas.

Vamos entender um pouco mais sobre como as propostas pedagógicas artísticas podem

potencializar a inclusão na escola? Seguem, abaixo, algumas propostas de Arte e Cultura do IBS apontando os benefícios que abrangem a todos os estudantes, sem exceção.

Arte contemporânea: território fértil para a inclusão

A pesquisa sobre a arte contemporânea - a arte feita na atualidade - e o fazer artístico contemporâneo oferecem inúmeras oportunidades para a prática da inclusão por suas características materiais e conceituais.

Ao contrário da arte acadêmica clássica, baseada em materiais tradicionalmente artísticos, temas restritos e rigor técnico, na arte contemporânea, qualquer material tem o potencial de se tornar artístico bem como qualquer tema e procedimento técnico.

Arte contemporânea: aguçando os sentidos para além do visual

As formações presenciais e EaD de Arte e Cultura do IBS oferecem uma ampla gama de oportunidades de reflexão sobre o fazer artístico em várias linguagens, além de propostas práticas tátteis que podem ser bastante inclusivas para alunos com deficiência visual, entre outros, como por exemplo:



Modelagem em argila, massa de papel machê ou massinha.



Desenho com barbante, entre outros materiais tátteis e flexíveis, capazes de produzir linhas.



Reprodução

Instalações tátteis, sonoras, sensoriais e interativas, produzidas com materiais alternativos como essa de crochê, do artista brasileiro Ernesto Neto.



Os procedimentos são abrangentes, permitindo experimentação, integração de linguagens e pouco rigor técnico: o artista contemporâneo não precisa saber desenhar com a destreza de um Leonardo Da Vinci e a beleza não é um objetivo a ser alcançado, embora possa ser contemplado também.

Linguagens como fotografia, vídeo, expressão corporal e literatura também podem ser usadas na arte contemporânea, permitindo formas de expressão multimodal e contemplando, assim, a diversidade de indivíduos em sala de aula.

A arte abstrata, realizada em diferentes épocas com objetivos distintos, também aparece na arte contemporânea, acolhendo a todos os que desejam explorar formas, cores e texturas ao invés de um tema figurativo específico.



A artista japonesa contemporânea Yayoi Kusama é paciente psiquiátrica e transformou sua obsessão por pontos em arte, realizando amplas instalações imersivas.

Artes cênicas: multilinguagens a serviço do aprendizado

Diffícil encontrar práticas mais multidisciplinares do que as artes cênicas. As artes cênicas reúnem criatividade, expressão vocal,



corporal, musical e visual de uma só vez, além de demandar pesquisa e escrita para estruturar o seu devir, contemplando, dessa maneira, inúmeras aprendizagens.

Danças e performances cabem a todos os corpos, indistintamente, auxiliando a desenvolver competências socioemocionais, a autoestima e o autoconhecimento.

O **teatro de bonecos**, já tradicional em ações presenciais e na formação EaD do IBS, é uma excelente proposta pedagógica que engloba, ainda, Educação Ambiental, orientando a construção dos personagens com materiais reaproveitados.

IMPORTANTE

Em atividades práticas de arte é preciso deixar que a criança se expresse livremente sobre o tema proposto e, para isso, é importante não oferecer modelos rígidos.

Referências do mundo da arte são bem-vindas, mas não podem objetivar simplesmente a cópia. É preciso deixar a imaginação fluir para que se obtenha os melhores resultados de aprendizagem artística e crítica.



Fotografia e inclusão

A arte de fotografar reverbera muito além do simples registro de imagens. No contexto educacional, principalmente quando falamos de educação inclusiva, a fotografia se transforma em uma linguagem acessível, sensível e potente para a expressão de identidades, vivências e perspectivas diversas.

Reconhecendo esse valor, o Instituto Brasil Solidário promove oficinas de formação em fotografia. Essas formações não apenas introduzem aos participantes os aspectos técnicos e criativos da fotografia, mas também desenvolvem o olhar crítico, a escuta ativa e a valorização da diversidade dentro e fora da sala de aula.

A fotografia passa a ser, assim, um recurso didático que respeita diferentes formas de comunicação, favorece a inclusão de estudantes com deficiência e potencializa o protagonismo juvenil.

Dentro da oficina de fotografia do IBS nas escolas, o tempo passa em outro ritmo - no compasso da sensibilidade, do diálogo, da percepção e da emoção de cada um e de cada registro eternizado sob os olhos da alma e das lentes. Ali, a diversidade não é um obstáculo, mas a essência da criação.

A oficina de fotografia promove autonomia. Ao aprenderem a manusear a câmera, compor imagens e editar seus próprios trabalhos, os alunos, juntos, descobrem sua capacidade de fazer, de criar, de realizar e analisar.



Mais do que produzir imagens, os alunos produzem pertencimento! Eles se veem reconhecidos, admirados e valorizados. E, talvez o mais importante, passam a se enxergar assim também, desenvolvendo a autoestima.

A oficina de fotografia não diz respeito apenas à técnica fotográfica. É sobre ver e ser visto. É sobre dar luz ao que muitas vezes fica oculto. É sobre revelar, em cada imagem, o que há de mais bonito em ser quem se é.

A prática fotográfica favorece o foco, a observação detalhada e o exercício da paciência, aspectos especialmente benéficos para alunos com TDAH.

Para estudantes com deficiência intelectual ou dificuldades na expressão verbal, a manipulação da câmera, a escolha de enquadramentos e a organização de uma narrativa visual estimulam habilidades motoras, cognitivas e criativas, ampliando suas formas de participação no ambiente escolar.

Para muitos desses alunos, a dificuldade em se expressar por meio da linguagem verbal pode gerar frustração, isolamento e baixa autoestima. Por meio da imagem, porém, encontram uma forma legítima e potente de contar histórias, registrar percepções e expressar emoções, muitas vezes com uma sensibilidade que escapa aos padrões tradicionais de ensino!



Em Catalão (GO), município parceiro do Instituto Brasil Solidário, o CAIC São Francisco de Assis desenvolve um excelente projeto de fotografia, a partir da ação presencial realizada em 2025. [Clique aqui](#) para assistir!

Esse projeto demonstra como a fotografia pode ser uma ferramenta poderosa para a inclusão social e educacional, permitindo que todas as pessoas expressem suas vi-



sões e experiências de maneira criativa e significativa!

Mesmo as pessoas com deficiência visual podem fotografar. É preciso haver oferta de recursos que promovam autonomia, favoreçam a comunicação e ampliem as possibilidades de participação social.

Um exemplo inspirador vem dos estudantes da Universidade Federal do Ceará, que desenvolveram uma prática inovadora e eficaz nesse sentido.



As oficinas de fotografia tátil para pessoas com deficiência visual são ferramentas educacionais de inclusão que trazem benefícios tanto para os estudantes cegos, como para os estudantes monitores que acompanham as atividades.

Conhecer de perto aspectos mais amplos de acessibilidade e as reais necessidades de pessoas com a deficiência, faz com que as atitudes de ambos se transformem com a convivência, desvendando potencialidades de ambas as partes.



A partir das oficinas de fotografia para cegos, as imagens se materializam utilizando-se da tecnologia de impressão 3D com corte a laser, o que torna a fotografia acessível pelo tato. [Clique aqui](#) para conhecer melhor esse projeto!

Além disso, fotografar é sentir. A fotografia para cegos amplia os limites da linguagem e revela que a imagem pode ser construída com os sentidos, com a imaginação e com a escuta do mundo.

Pensando nisso, estudantes do curso de Fotografia do SENAC, em São Paulo, desenvolveram uma iniciativa inovadora e inclusiva: ensinar pessoas com deficiência visual a explorar a arte da fotografia.



A proposta conta com o apoio de educadores especializados, que atuam como facilitadores no processo de aprendizagem. As atividades são realizadas em duplas formadas por uma pessoa vidente e uma pessoa cega. O papel do vidente é apenas descrever o ambiente (cores, formas, disposição espacial) sem interferir nas escolhas criativas. Dessa forma, a pessoa cega assume o protagonismo da imagem, decidindo o que e como fotografar, a partir de sua percepção sensorial e subjetiva.

Ao investir em práticas pedagógicas inclusivas, damos visibilidade não apenas ao talento, mas à dignidade de sujeitos historicamente invisibilizados. Assim, surge uma nova estética e uma nova ética da inclusão: aquela que parte da escuta, do afeto e da criatividade compartilhada.

Você sabia?

Existem dois fotógrafos cegos em atividade no mundo: o esloveno Evgen Bavcar e o brasileiro João Maia, fotógrafo oficial das Paralimpíadas de 2016, que você pode conhecer, [clicando aqui!](#)

Educação Financeira sob a perspectiva da Educação Inclusiva

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC - reconhece a Educação Financeira como tema transversal fundamental para o desenvolvimento de competências como responsabilidade, planejamento e tomada de decisão. A Educação Financeira é essencial para poten-

cializar habilidades que promovem a cidadania e a autonomia econômica.

No Brasil, iniciativas como as do Instituto Brasil Solidário têm desempenhado um papel significativo na disseminação desses conhecimentos.

Desde 2017, o IBS desenvolve um programa de Educação Financeira que utiliza jogos para apresentar conceitos como poupar, investir e empreender. Os jogos Piquenique, de tabuleiro, e Bons Negócios, de cartas, são aplicados em sala de aula, proporcionando uma abordagem prática e divertida para temas financeiros.

A implementação dos jogos educativos Piquenique e Bons Negócios tem promovido, em todo o território brasileiro, uma abordagem inovadora e contextualizada da Educação Financeira, alcançando mais de um milhão de alunos, desde comunidades indígenas e ribeirinhas no interior do Amazonas até centros urbanos e capitais em diversas regiões do país.

Em Manaus (AM), por exemplo, educadores têm relatado avanços significativos na aprendizagem dos estudantes, evidenciando o impacto positivo das atividades dinâmicas e interativas propostas.



Tais práticas têm contribuído não apenas para a internalização de conceitos econômicos fundamentais, mas também para o fortalecimento da identidade cultural e da valorização das riquezas locais, promovendo a participação ativa de familiares e membros da comunidade nas ações pedagógicas. [Clique aqui](#) e confira a versatilidade do projeto de Educação Financeira com jogos!

A pertinência dos jogos para a Educação Inclusiva

O jogo é a vida e, como diz o professor emérito de psicologia da Universidade de São Paulo - USP, Lino de Macedo, "cria conflitos e projeções, concebe diálogos, induz a praticar argumentações, resolve ou possibilita o enfrentamento de problemas".

De acordo com o especialista, o jogo deserta o aprendiz para a resolução de problemas com foco e envolvimento. Portanto, não há preguiça que se sobreponha a um momento envolvente e divertido. Além de potencializar o desenvolvimento de habilidades, os jogos também abrem espaço para competências socioemocionais e cognitivas, entre outras.

Embora a história mostre que, desde tempos remotos, a humanidade utiliza jogos em seu dia a dia, somente na atualidade as escolas estão entendendo e adotando essa ferramenta nas salas de aula.

Os jogos, quando bem utilizados, são um recurso pedagógico valioso na Educação Inclusiva, promovendo interação, desenvolvimento de habilidades e uma aprendizagem mais prazerosa para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. Eles podem ser adaptados e personalizados para atender às necessidades específicas de cada criança, tornando a experiência de aprendizagem mais acessível e eficaz.

Diversos estudos comprovam os benefícios dos jogos na Educação Inclusiva. Entre eles, apontamos:

- Interação e socialização:** os jogos incentivam a interação, permitindo que os estudantes aprendam a conviver respeitando as diferenças e construam relações positivas.



- Desenvolvimento de habilidades:** por meio de jogos, os alunos podem desenvolver habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais como a coordenação motora, o raciocínio lógico, a capacidade de concentração e a resolução de problemas.
- Aprendizagem prazerosa:** os jogos tornam a aprendizagem mais divertida e estimulante, despertando o interesse dos alunos e tornando-os mais engajados no processo de aprendizado.
- Adaptação e inclusão:** os jogos podem ser adaptados para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência como, por exemplo, jogos com texturas e cores contrastantes para deficientes visuais, adaptações para facilitar o manuseio de alunos com dificuldade motora, entre outros.
- Estímulo à criatividade e à imaginação:** os jogos promovem a criatividade e a imaginação, incentivando os alunos a pensar de forma diferente e a explorar diferentes possibilidades.



As atividades desenvolvidas a partir dos jogos têm se mostrado eficazes ao integrar conteúdos financeiros com aspectos socioculturais específicos de cada realidade local.

Com base em uma proposta pedagógica estruturada, os materiais didáticos articulam elementos do cotidiano dos estudantes, estimulando a reflexão crítica sobre temas como consumo consciente, sustentabilidade, hábitos de alimentação saudável dentro e fora do ambiente escolar, entre outros.

O caráter transversal da proposta permite que

as práticas de ensino sejam não apenas interdisciplinares, mas também sensíveis às especificidades culturais das comunidades envolvidas, ampliando o alcance e a eficácia da Educação Financeira como instrumento de cidadania, autonomia, transformação social e inclusão.

Na Escola Municipal Alba Mathias, em Catalão (GO), as boas práticas contemplam Educação Financeira, inclusão e sustentabilidade. Leia, abaixo, a reportagem do informativo *Educação Financeira em Foco* de Janeiro-Fevereiro de 2025.

Tema do cerrado inspira atividades com moeda própria em Catalão (GO)

Trabalhando o tema “Cerrado”, alunos do 1º ano da Escola Municipal Alba Mathias Mesquita participaram de uma prática de Educação Financeira envolvendo outras disciplinas como Literatura, Matemática, Educação Ambiental, Geografia e História, como parte do cronograma do ano letivo.

O projeto começou com a confecção de cofrinhos com latas de leite e apresentando para turma o *Alba Money*, uma moeda conquistada a cada aula pelos alunos, a partir do desempenho e comportamento em sala, seja pelas tarefas realizadas, seja pela frequência ou mesmo pela participação nos projetos da escola.

“Jogamos algumas vezes o Pi-kenique, para que os alunos entendessem a dinâmica da troca financeira e dos gastos e ganhos. Trabalhamos o tema em todas as disciplinas. Chamei a turma para confeccionarem um livro de receitas típicas e, ao longo do semestre, as crianças tiveram oficinas de culinária para executar as receitas que estavam colocando no livro – todas bem goianas como doce de manga, canjica, bolo de fubá com goiabada, frango com pequi, feijão



maquetes do cerrado por eles e suas famílias, também somando mais dinheiro ao cofre.

Depois de acumularem uma determinada quantia em moedas, a troca acontecia durante uma feira promovida em sala, que oferecia picolés e frutas típicas com tamarindo, pitanga, jabuticaba e pequi, entre outros. Teve até um leilão de mapas do cerrado, produzidos pelos próprios alunos com seus familiares, incluindo imagens de animais característicos da região.



tropeiro e pamonha, para que eles conhecessem a própria cultura”, explica a educadora Sabrina Manoela Teixeira.

Como o livro de receitas rendia ainda algumas moedas a mais para os alunos, motivava a turma a se empenhar nas atividades. Depois de algumas aulas com pesquisa, exposição de animais empalhados, fichas informativas, aulas expositivas e aulas utilizando recursos audiovisuais sobre o cerrado, o projeto propôs a construção de

É possível acessar outras edições do informativo *Educação Financeira em Foco* clicando [aqui](#)!



No cenário da Educação Inclusiva, a abordagem financeira deve ir além dos números: ela precisa dialogar com a realidade do aluno, respeitar suas particularidades e oferecer caminhos para que todos possam compreender, participar e se empoderar economicamente, inclusive pessoas com deficiência.

A ideia é desenvolver estratégias acessíveis que permitam a participação ativa de pessoas com deficiência nesse aprendizado e nada melhor para isso que a integração de Educação Financeira à outras disciplinas.

Educação Financeira é, também, uma educação ambiental

A Educação Ambiental traz conceitos e práticas importantes para a construção de um comportamento financeiro saudável e alinhado com a

sustentabilidade do planeta a longo prazo. Nesse âmbito, diversos projetos e ações podem ser empreendidos, como por exemplo:

- coleta seletiva;
- horta escolar;
- plantio de mudas;
- conscientização sobre o consumo excessivo;
- campanhas de conscientização sobre economia de recursos naturais.

Todos esses temas dialogam com Educação Financeira, entre outros componentes curriculares como Geografia, Ciências, História etc.

O aspecto prático da Educação Ambiental envolve plenamente os alunos, imergindo-os no conteúdo de forma concreta, multidisciplinar e colaborativa, o que também favorece a inclusão.

LEVE: tecnologia social pedagógica, prática e inclusiva

O Projeto **LEVE - Local de Entrega Voluntária Escolar**, idealizado pelo IBS, transforma escolas públicas em pontos de coleta seletiva de materiais recicláveis, conscientizando e mobilizando toda a comunidade escolar.

Implementado no município de Crateús (CE) em 2011, o LEVE é uma tecnologia socioambiental replicável que integra Educação Ambiental ao currículo escolar e promove a inclusão social de catadores de resíduos sólidos.

O sucesso do Projeto LEVE é evidenciado em reconhecimentos como o *Prêmio Cidade Pró Catador*, concedido ao município de Crateús (CE) em 2013, e a certificação como *Tecnologia Social* pela Fundação Banco do Brasil. Além disso, o projeto tem sido implementado em diversas cidades como Catalão (GO), municípios da Microrregião do Sertão de Crateús e São Raimundo Nonato (PI), onde as escolas conquistaram nota máxima no *Selo Ambiental 2021* graças à iniciativa.

[Clique aqui](#) para conhecer o Projeto LEVE!



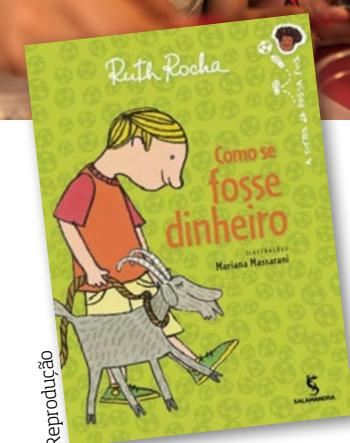
Educação Financeira e literatura

Em Catalão (GO), as escolas municipais Inês Dias da Silva e Nilda Margon Vaz trabalharam com o livro *Como se fosse Dinheiro*, de Ruth Rocha, para inserir a turma no universo da compra, venda e organização financeira do dia a dia.

A atividade agregou a prática literária, proporcionando uma vivência prática aos alunos, com a simulação de um mercadinho que envolveu toda a turma. [Clique aqui](#) para ver.

A atividade se estendeu ainda para uma sala de cinema, com direito a compra do ingresso, pipoca e refrigerante.

“Após a leitura do livro, confeccionamos cédulas e moedas, montamos uma sala de cinema para que as crianças entendessem o valor do ingresso, como comprar, dar troco e economizar e ainda preparamos uma sessão com filme e pipoca para todos”, relatou a educadora Helenice Dias, da EM Inês Dias da Silva.



Reprodução

A história contada por Ruth Rocha inspirou os alunos da E. M. Nilda Margon Vaz a montarem um mercadinho.

A educação inclusiva, enquanto direito fundamental, implica o compromisso de oferecer a todos os estudantes condições plenas para o desenvolvimento das competências necessárias à vida social e cidadã.

Nesse contexto, propostas de incentivo à leitura desempenham papel fundamental na promoção da equidade educacional. Projetos do IBS como *Anjos da Leitura*, *São João Literário* e o *30 Minutos pela Leitura* emergem como iniciativas que não apenas estimulam a alfabetização e o gosto pela leitura, mas também se configuram como práticas eficazes de inclusão escolar e social, especialmente em comunidades vulneráveis, pois a literatura tem o poder de construir e reconstruir continuamente as representações de mundo e de promover a elaboração de nossas emoções.



Educação Financeira e transformação em Imperatriz

Janete dos Santos Oliveira, professora da Escola Municipal João Silva, em Imperatriz (MA), percebeu rapidamente o potencial interdisciplinar dos jogos. Durante a formação EaD de Educação Financeira do IBS em 2022, foi solicitado que os professores elaborassem dois planos de aula e ela resolveu aproveitar para planejar uma festa de confraternização para o fim do ano com o tema *Poupar pra quê?*

O sucesso foi tanto que Janete pediu para ficar com a mesma turma em 2023, agora no 4º ano, para observar se as formações de 2022 tinham contribuído com o aperfeiçoamento de sua prática pedagógica.

O planejamento foi organizado em formato de trilha. O ponto de partida foi a produção de um livro de poemas visuais e o ponto de chegada foi o lançamento desse livro. Para alcançar o objetivo, todas as atividades estavam interligadas a temas transversais como Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Ética, Trabalho e Consumo, promovendo a interdisciplinaridade com Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

Surgiram, ainda, ideias entre os alunos. Foi criada a moeda Girassol, idealizada por um aluno diagnosticado com TEA e TDAH, simbolizando o laço do girassol, que representa as deficiências ocultas.

O projeto foi tão impactante que, no ano seguinte, Janete foi convidada a participar do II Encontro Nacional de Educação Financeira do IBS, em Campina Grande (PB), além de ter sua prática reconhecida no município, o que viabilizou, em 2025, a aprovação da lei que institui o Dia D de Educação Financeira no município, a ser celebrado no dia 14 de março.



Educação Financeira e empreendedorismo em Cabaceiras

Na Escola Maria Neuly Dourado, em Cabaceiras (PB), a estudante Maria Clara teve seu primeiro contato com o jogo educativo Piquenique, o que despertou seu interesse por conceitos de Educação Financeira de forma lúdica e acessível. A experiência em sala de aula incentivou sua participação em outras ações escolares voltadas ao empreendedorismo, refletindo também em seu ambiente familiar. Inspirada pelo trabalho do pai, artesão, Maria Clara desenvolveu uma iniciativa de reaproveitamento de sobras de couro na confecção de pulseiras artesanais, unindo criatividade, sustentabilidade e geração de renda.

O caso ilustra como metodologias pedagógicas lúdicas e interativas podem promover o protagonismo juvenil e a aplicação prática do conhecimento adquirido. [Clique aqui para assistir!](#)



Escolas inclusivas no cotidiano

A base de qualquer prática inclusiva é o acolhimento genuíno. Acolher não significa apenas aceitar a presença do outro, mas valorizar sua história, sua identidade e sua forma de ser. Significa criar espaços onde cada estudante se senta pertencente, respeitado e amado.

Em Bento Gonçalves (RS), temos o exemplo da EMEF Ernesto Dorneles, onde alunos dos quartos anos se tornaram monitores do Piquenique nas turmas do Jardim e primeiros anos, repassando as noções básicas do jogo para os pequenos.

Compartilhar o aprendizado é uma atitude que gera empatia e promove a inclusão, fortalecendo os conhecimentos tanto de quem os compartilha, quanto os de quem os recebe. Ao compartilhar aprendizagens, ajudamos a formar uma cultura colaborativa, onde todos têm a oportunidade de expandir suas habilidades e se desenvolver.

Falar de inclusão na perspectiva do acolhimento é falar de humanidade. É compreender que cada estudante é único e merece ser visto, ouvido e respeitado. O acolhimento é a base sobre a qual se constrói uma educação inclusiva de verdade – aquela que transforma vidas, amplia horizontes e fortalece laços.

Nesse sentido, o acolhimento não é um gesto passivo, mas uma ação transformadora que questiona práticas excludentes e propõe novas formas de convivência e ensino. Trata-se de uma atitude de escuta, de valorização da diversidade e de construção de uma escola verdadeiramente democrática.

Quando esses elementos se articulam, torna-se possível construir ambientes escolares mais justos, acolhedores e colaborativos, nos quais cada estudante possa se desenvolver plenamente, com respeito às suas particularidades.



Lembramos aqui algumas práticas que requerem implementação nas escolas: formação contínua dos professores, currículo flexível e adaptativo, tecnologia assistiva, parcerias com a comunidade, ambiente físico acessível, promoção da cultura de respeito às diferenças, desde os primeiros anos da educação infantil.

O CMEI Francisco Clementino San Tiago Dantas, em Catalão (GO), é um desses bons exemplos de escola inclusiva. [Clique aqui](#) para saber mais!



Mesmo em realidades de maior vulnerabilidade social, é possível garantir direitos educacionais em escolas regulares, com práticas pedagógicas que acolhem e valorizam a diversidade.

A Escola Estadual Cláisse Fecury, localizada na zona periférica de Rio Branco (AC), tornou-se referência nacional em educação inclusiva ao ser reconhecida, em 2010, com o *Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas*, promovido pela Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC. Trata-se de uma escola pública de ensino fundamental que atende turmas do 1º ao 5º ano.

[Clique aqui](#) para assistir ao vídeo do *Instituto Rodrigo Mendes* sobre esse caso de sucesso e observe o recorte temporal: trata-se do ano de 2010, um período em que já se afirmava o compromisso com a inclusão e com a presença de todos na escola comum.



A proposta lúdica, interativa e inclusiva dos jogos, entre outros projetos do IBS, tem sido marcante em diversas escolas pelo Brasil.

São muitos os relatos de alunos que se sentem acolhidos nas atividades coletivas, nas quais conseguem socializar e aprimorar diversas habilidades socioemocionais, o que representa um passo muito importante para o desenvolvimento e a harmonia no ambiente escolar.

Em Nova Russas (CE), a educadora Eliane Mesquita, da Escola Olmir Mendes de Carvalho, contou que seu aluno com TEA começou a se destacar nos estudos e, pela primeira vez, participou de todas as atividades propostas em uma aula com o uso do jogo de Educação Financeira, compreendendo todos os conteúdos.



Na Escola Honorato Gaspar de Souza, localizada na zona rural de Lapão (BA), a educadora Janaína Pires, tem acompanhado a evolução no aprendizado de sua turma de estudantes do 3º ano, entre eles, uma aluna com deficiência auditiva. Janaína notou um espírito colaborativo construído ao longo das partidas com o jogo Piquenique.

No início, eles escolhiam os alimentos que gostavam. Nas rodadas seguintes, após perceberem o preço, refletiam e economizavam. O crescente desenvolvimento da comunicação foi perceptível na turma, incluindo o envolvimento da aluna com surdez. Os que não percebiam o objetivo do jogo logo de pronto, recebiam auxílio e orientação dos outros colegas sobre a importância de poupar.

Os jogos de Educação Financeira já foram ferramenta de apoio para uma outra modalidade de inclusão também: o **Atendimento Pedagógico Domiciliar**, quando professores da rede regular atuam em conjunto com especialistas no atendimento a alunos com deficiência que, impossibilitados de frequentarem a escola regularmente, precisam deste tipo de acompanhamento.



No município de São Vicente (SP), a professora Maria Emilia Abreu, que atua nessa modalidade desde 2014, nos trouxe uma situação bem especial: com o lançamento da *Olimpíada da Educação Financeira - OLITEF* - em 2024, seu aluno, Sidney Octávio Leite Coutinho, de 14 anos, matriculado na Escola Prof. Jacob Andrade Câmara se interessou por participar.

Sabendo de todo o potencial do estudante, Emilia não teve dúvidas: apresentou a ele o jogo Pi-queñique Online que, unido aos conhecimentos que ela adquiriu no decorrer do curso de Introdução à Educação Financeira do IBS, passou a fazer parte da rotina de estudos. O resultado foi a comemoração de uma linda medalha de bronze conquistada por Sidney na olimpíada!

Você pode conhecer mais sobre essa história na edição de novembro/dezembro do informativo *Educação Financeira em Foco*, [clicando aqui!](#)



ATENÇÃO!

**Agora que você já conhece os princípios da Educação Inclusiva, não perca tempo!
Reúna a equipe escolar e faça da sua instituição um novo exemplo de escola inclusiva!**

Para finalizar



Reprodução

Neste material, você teve a oportunidade de compreender como transformar a proposta de Educação Inclusiva em uma prática cotidiana nas escolas.

Mais do que aplicar teorias, o desafio é adaptá-las de forma sensível e criativa aos conteúdos trabalhados, às características de cada turma e, especialmente, às necessidades individuais de cada estudante.

Esse é um compromisso coletivo com o bem-estar e com o desenvolvimento integral de cada estudante. Portanto, a escola tem papel fundamental na construção da identidade dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade.



A inclusão com base no acolhimento é, sobretudo, um compromisso ético e político. Ético porque reconhece o valor intrínseco de cada ser humano; político porque exige ações intencionais para garantir equidade.

A escola é o primeiro espaço social onde crianças e adolescentes experimentam a convivência com a diversidade de maneira estruturada. Por isso, a construção de escolas inclusivas é fundamental para a formação de cidadãos conscientes, solidários e participativos.

Uma escola que acolhe e respeita as diferenças, sejam elas físicas, cognitivas, étnico-raciais, socioeconômicas ou culturais é, também, uma escola que planta as sementes de uma sociedade mais justa, democrática e humana.

A inclusão efetiva não depende apenas do professor em sala de aula, ela exige o envolvimento ativo de toda a comunidade escolar: gestores, coordenação pedagógica, equipe de apoio, famílias e, claro, dos próprios estudantes.

Além disso, requer uma estrutura física acessível, materiais didáticos diversificados e adequados, bem como a formação continuada de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

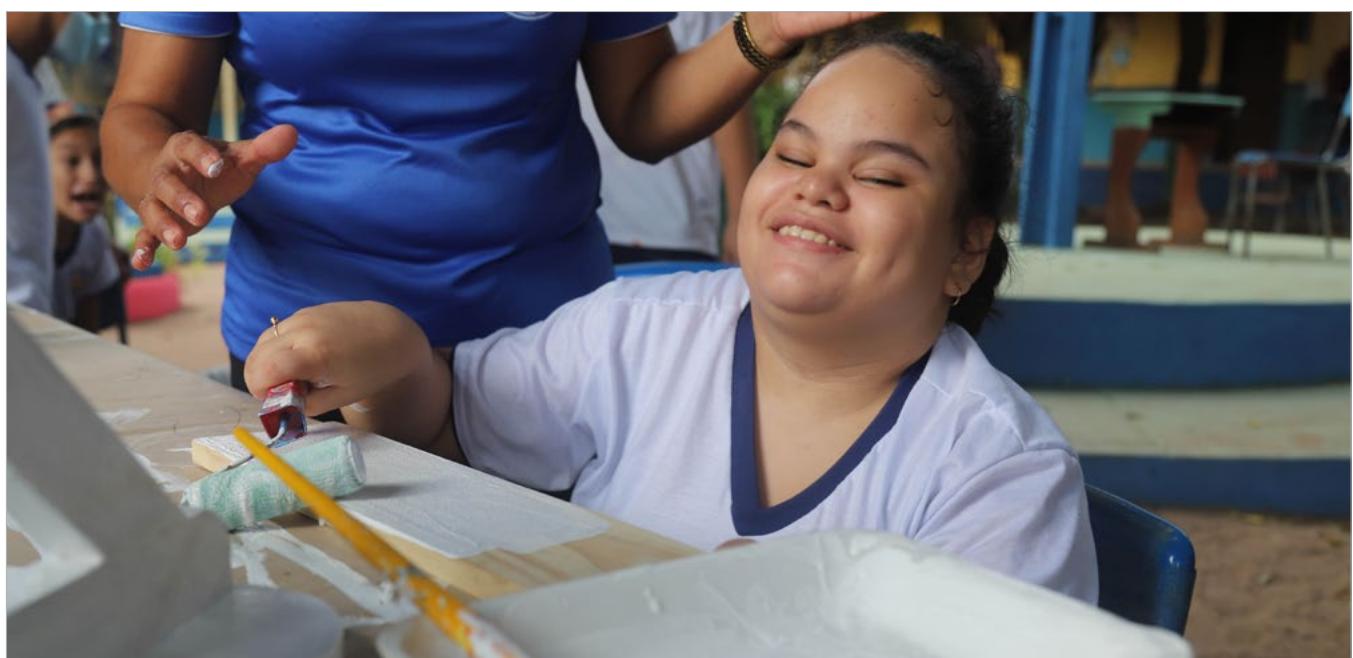
A inclusão, portanto, não é um ato isolado, mas um compromisso coletivo com a equidade, o respeito e a valorização da diversidade.

A educação inclusiva não se limita à presença física de estudantes com deficiência ou de diferentes origens nas salas de aula. Ela exige transformações no projeto pedagógico, nas relações interpessoais e na cultura escolar. Exige diálogo com as famílias e a criação de ambientes escolares onde todos se sintam pertencentes.

Além disso, a escola inclusiva rompe com padrões de segregação e exclusão, combatendo preconceitos que, muitas vezes, se perpetuariam na vida adulta. Forma cidadãos capazes de compreender a importância da equidade, da justiça social e da participação ativa na construção de políticas públicas mais amplas.

O acolhimento transforma vidas. Ele é capaz de mudar destinos, fortalecendo a autoestima dos alunos e mostrando que todos têm lugar e voz no mundo. Mais do que transmitir conteúdos, a escola inclusiva ensina, no cotidiano, que a diferença é fonte de aprendizado e de crescimento para todos.

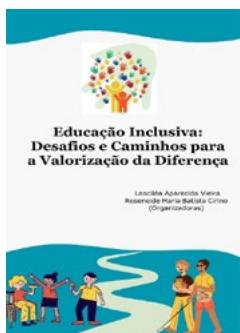
Em tempos em que a intolerância ainda se faz presente em muitos espaços sociais, a escola inclusiva é resistência, esperança e caminho para a construção de uma sociedade verdadeiramente cidadã e melhor para todos. Incluir é um ato revolucionário em um mundo que ainda insiste em excluir.



Para ir além

A seguir, apresentamos alguns livros, artigos e trabalhos acadêmicos que permitem o aprofundamento dos temas estudados e mais conhecimentos em relação à algumas deficiências específicas. Essas leituras podem ser realizadas após o encerramento do curso, de maneira que possam dar continuidade às reflexões acerca da Educação Inclusiva.

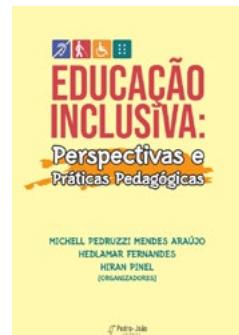
Livros



Educação inclusiva: desafios e caminhos para a valorização da diferença

Organização de Leociléa Aparecida Vieira e Roseneide Maria B. Cirino. Paranaguá: UNESPAR, 2024.

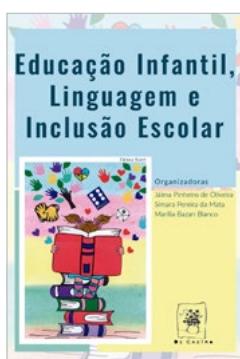
Esta coletânea apresenta estudos e pesquisas em temas diversos da realidade escolar e oferece aos leitores a reflexão sobre o AEE colaborativo entre os profissionais da equipe e as possibilidades do uso do Desenho Universal para a Aprendizagem -DUA - na educação inclusiva.



Educação Inclusiva: perspectivas e práticas pedagógicas

Organização de Michell P. M. Araújo; Hedlamar Fernandes; Hiran Pinel. São Carlos: Pedro & João, 2019.

Os organizadores do livro reuniram diversos artigos sobre o tema, explorando, em cada um deles, diferentes tipos de deficiência física e intelectual.



Educação Infantil, Linguagem e Inclusão Escolar.

Organização de Jáima P. de Oliveira, Simara P. da Mata e Marília B. Blanco. São Carlos: De Castro, 2021.

O livro abrange políticas públicas e formação profissional, além de reunir diversas experiências interessantes de Educação Inclusiva no campo da Linguagem.

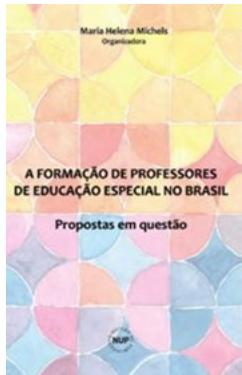


Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI

Organização de Rosalba Maria Cardoso Garcia. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.

O livro trás olhares sob o viés das políticas públicas educacionais voltadas à Educação Especial, suas contribuições e desafios no século atual.





A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão

Organização de Maria Helena Michels.

Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.

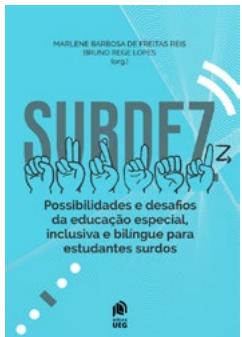
O livro aborda a formação de professores de Educação Especial tanto na graduação como na formação continuada em serviço, buscando compreender a Educação Especial como parte constituinte da Educação.



Libras, que língua é essa? .

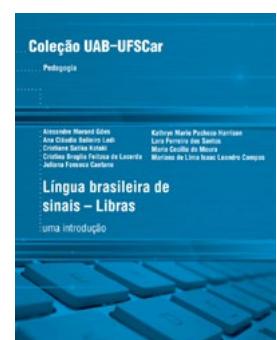
De Audrei Gresser. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

O livro é um ponto de partida para repensar crenças, práticas e posturas à luz das transformações que marcam a área da surdez na atualidade. O que se espera é alcançar um novo olhar para a realidade da surdez.



Surdez: possibilidades e desafios da educação especial, inclusiva e bilíngue para estudantes surdos. Organização de Marlene B. de Freitas Reis e Bruno R. Lopes. Anápolis (GO): Editora UEG, 2024.

O tema central deste estudo é a educação especial, focado na educação de pessoas surdas, com o objetivo analisar a influência do discurso de Carlos Skliar na vertente cultural que permeia o pensamento sobre a educação de surdos no Brasil, sobretudo a partir de 1996 quando da criação do Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), pelo próprio autor, em 1996.



CAMPOS, Mariana de L. I. L. *Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes*. In.: Língua Brasileira de Sinais - Libras: uma introdução. São Carlos: UAB/UFSCar, 2011.

Esse é o capítulo 2 da *Coleção UAB - UFSCar* (Universidade Aberta do Brasil - Universidade Federal de São Carlos) e trata especificamente da Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes.



Artigos



Aprendendo a ler “com outros olhos”: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos

De Tatiana Bolívar Lebedeff. Cadernos de Educação - FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [36]: 175-195, maio-agosto, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1606/1489>.



Pensando a deficiência intelectual: um olhar a partir dos estudos de Lev S. Vigotski

De Lívia Vares da Silveira Braga. Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI. Revista Científica Intelletto, 4 (Especial), 2022. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/revista-intelletto/article/view/183>.



Contribuições Antropológicas aos Estudos da Deficiência

De Gustavo Martins Piccolo. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v.28, e0099, p.105-120, 2022. Disponível em: www.scielo.br/j/rbee/a/QmSnVJXYkHDvBNpbH6ZwZNn.



O lugar do Atendimento Educacional Especializado nas práticas culturais de escolarização em contextos de inclusão escolar

De Cristiane da Silva, Regina Célia L. Hostins e Regina da S. Mendes. Revista Linhas. Florianópolis, v.17, n. 35, p. 10-29, set./dez. 2016. Disponível em: www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016010/pdf_148.



Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira

De Mônica de C. M. Kassar, Andressa S. Rebelo e Regina T. C. de Oliveira. Revista Educação e Pesquisa da Universidade de São Paulo. v.45. Seção temática: Educação Especial. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: www.scielo.br/j/ep/a/SVmZZLzBnr-ZFnyqXR9TSpYc.



Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores

De Carla A. R. Vilaronga e Enicéia G. Mendes. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v.95, n. 239, p. 139-151. Brasília, jan/abr 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbep/v95n239/v95n239a08.pdf>.



O visual na educação de surdo

De Caroline Z. Belaunde e Cássia G. Sofiato. Revista Espaço. v.52. Rio de Janeiro, jul/dez 2019. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1529/1588>.



Alunos com síndrome rara na escola comum: um olhar fenomenológico-existencial

De Rogério Drago e Hiran Pinel. Linhas Críticas, v.20, 605-627. Brasília: UNB, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4395>.



Trabalhos acadêmicos

- **A criança com Síndrome de West na Educação Infantil: inclusão e práticas pedagógicas**

De Sabrina da Silva Machado Trento. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/9ab8dcb0-fb98-43b6-bea2-1fe-ac092f962>.

- **Avaliação de um programa de formação docente sobre Inclusão Escolar aliando ensino colaborativo e diferenciado**

De Keisyani da Silva Santos. Tese de Pós-Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/6d811c8a-7c4a-4ef2-bcb5-9c8daa741dd1>.

- **Da graduação à pós-graduação: valor potencial dos recursos de tecnologia assistiva digital na trajetória acadêmica do estudante com deficiência**

De Ângela Balbina Neves Picada. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Maria (RS), 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25349>.

- **Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa.**

De Ana Paula Zerbato. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/09fabb30-82cf-439a-a06e-ddcf99d6be3c>.



Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rafael. *Doenças neuromusculares e seus impactos na mobilidade*. São Paulo: Saúde & Vida, 2019.

AYRES, Jean. *Integração sensorial e a criança: compreendendo a disfunção de integração sensorial*. São Paulo: Memnon, 2005.

BARREIRO, Mateus Freitas et al. *A arte e o afeto na inclusão escolar: potência e o pensamento não representativo*. Childhood & Philosophy, v. 14, n. 30, p. 517-534, 2018. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5120/512057166015/html>. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2025.



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de janeiro de 2011. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/diretrizes.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 9 fev. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Publicações. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MACHADO, Evelise C.; DE BARROS, Dalmo A. *Jardim sensorial: o paisagismo como ferramenta de inclusão social e educação ambiental*. Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense, Blumenau, v. 7, n. 13, p. 142-154, 2020. DOI: 10.21166/rext.v7i13.1208. Disponível em: <https://seletivo-2019-1-integrado.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/1208>. Acesso em: 02 mai. 2025.

DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DINIZ, Débora. *Deficiência e desigualdade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLÁT, Rosana; FERNANDES, Fernandes. *Educação inclusiva: práticas pedagógicas e processos de ensino-aprendizagem*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

JARDIM, Danilo Bastos. *A criança e o ambiente na infância: um estudo da noção ambiental na escola infantil*. Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Orientação: Beatriz Alencar d'Araújo Couto. Belo Horizonte: UFMG, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/AMFE-9DTLKT>>. Acesso em: 13/05/2025.



LOURO, Viviane dos Santos. *Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas*. São José dos Campos, SP: Ed. do Autor, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

_____. *Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* São Paulo: Summus, 2003.

MARTENDAL, Letícia. *Aluna de magistério produz alfabeto em Braille com materiais reciclados*. In.: EducaSC. Disponível em: <https://educasc.com.br/noticias-das-escolas/aluna-de-magisterio-produz-alfabeto-em-braille-com-materiais-reciclados>. Acesso em: 05 mai. 2025.

MATTAR, Sumaya; ROIPHE, Alberto. (Org.). *Arte e educação: ressonâncias e repercussões*. São Paulo: ECA-USP, 2016. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/273>>. Acesso em: 13/05/2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

- MUSZKAT, M. *Música e Neurodesenvolvimento: em busca de uma poética musical inclusiva*. Literartes, São Paulo, v. 1, n. 10. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/163338>. Acesso em: 02 mai. 2025.
- NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, Paulo. *Paralisia cerebral e o desenvolvimento motor*. Santa Maria, RS: Editora Universidade, 2010.
- PUPATTO, Lygia. *Jardins sensoriais: espaços de inclusão e aprendizagem*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 32, n. 86, p. 143-158, 2012.
- RODRIGUES, David. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.
- SAINTBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SANTOS, Mariana Martins dos; CUNHA, Luciana Gonçalves da. *Inclusão e práticas sensoriais na escola*. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: um guia prático*. Curitiba: WVA, 2006.
- _____. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SKLIAR, Carlos. *A educação e a questão da diferença: inclusão, exclusão e a política da identidade*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 107-130.
- _____. *A diversidade: um aprendizado a ser feito*. In: SKLIAR, Carlos (org.). *Inclusão e diferença: política, pedagogia e pesquisa*. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- SILVA, Luciano; SOUZA, Maria. *Lesão medular e adaptação funcional*. São Paulo: Reabilitação Integral, 2015.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2003.
- VIGOTSKI, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



Conteúdo protegido - Proibida a reprodução sem créditos ao Instituto Brasil Solidário
para fotos ou contextos de projetos apresentados

